



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000606-63.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

ASSUNTO: Contratação emergencial – Dispensa de licitação tradicional – Contratação temporária de agência de fornecimento de passagens aéreas.

**DESPACHO Nº 365 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas - GABSGP, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 21/2023 ([0992464](#)), objetivando a contratação emergencial de agência de fornecimento de passagens aéreas para emissão de bilhetes, cotações, reservas, marcações e cancelamentos de trechos nacionais e internacionais para atender demanda deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 656/2023 ([0992843](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo ao GABSGP, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Condições Gerais (minuta do TR) da cotação de preços ([0995147](#)), modelo de apresentação de proposta ([0995333](#)) e a comprovação do envio desses documentos ao mercado fornecedor ([0995259](#)); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta n. 30/2023 ([0995376](#)), com valor estimado de **R\$ 107.666,55** (cento e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos); **c)** consulta a preços praticados no âmbito da Administração pública ([0995369](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 3 (três) empresas apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação, a saber, as empresas: **a) SLC Serviços Aeroportuario Ltda. EPP**, CNPJ n. 04.462.643/0001-08 (documentos de habilitação juntados no evento [0995371](#) e proposta no evento [0995370](#)); **b) LINK TOUR Prom Turística e Sociais Ltda.**, CNPJ n. 00.541.037/0001-27 (documentos de habilitação e proposta juntados no evento [0995372](#)); **c) L.A. Viagens e Turismo Ltda.**, CNPJ n. 04.613668/0001-65 (documentos de habilitação juntados no evento [0995374](#) e proposta no evento [0995374](#)).

A empresa L.A. Viagens e Turismo Ltda., CNPJ n. 04.613668/0001-65, sagrou-se vencedora da cotação de preços, pelo valor total estimado de R\$ 106.589,89 (cento e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos), de acordo com sua proposta juntada no evento [0995374](#), bem como a comprovação dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica ([0995374](#)).

O Termo de Referência n. 36/2023-GABSGP ([0995377](#)), reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, fundada na situação de **emergência**, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para programação orçamentária; SAC, para análise do termo de referência e seus anexos; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta do instrumento contratual e, por fim, à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([0994496](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato ([0996453](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0996482](#)).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([0996443](#)). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 107.666,55 ([0996471](#)), para custear o valor total da despesa.

A Seção de Apoio às contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 36/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP ([0995377](#)), complementado pela Informação Conclusiva ([0995376](#)) e demais elementos contidos no processo, o qual encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, ao passo que a contratação prevista no seu objeto pode ser processada por dispensa de licitação, afastado o Sistema de Dispensa Eletrônica, no tipo maior desconto ([0996515](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 74/2023 ([0996683](#)), concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 36/2023 – GABSGP ([0995377](#)) - também analisado e julgado regular pela SAC ([0996515](#)), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação EMERGENCIAL, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência retrocitado, diretamente com a empresa L.A. Viagens e Turismo Ltda. - CNPJ 04.613668/0001-65, vencedora da cotação de preços, pelo valor total estimado de R\$ 106.589,89, de acordo com sua proposta juntada no evento [0995374](#), com comprovação dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, pelos documentos juntados ao processo com indicação dos eventos que constam do item 4 do parecer. Por fim, aprovou os termos da minuta do contrato ([0996453](#)), em cumprimento ao § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência – Contratação Direta nº 36/2023 - GABSGP ([0995377](#)), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0995376](#)); contratação direta da empresa **L.A. Viagens e Turismo Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.613668/0001-65, no valor total de R\$ 106.589,89; e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 175/2023-GABSAOFC - [0996870](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Conforme relatado, a SGP pleiteou, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada para emissão de passagens aéreas, justificando a necessidade da presente contratação emergencial, decorrente do impacto imprevisível que os custos das passagens aéreas vêm sofrendo ultimamente em razão dos seguintes motivos: a) elevação dos preços dos combustíveis; b) proximidade das datas de ciência e convocação com as de realização dos eventos de trabalho; c) períodos de deslocamento próximos a feriados e datas especiais; e d) destinos específicos que sofreram aumento de preço (ex.: Brasília-DF).

Todos esses fatores ocasionaram o aditamento do contrato atual em 25% do seu valor e agora reclamam da Administração a busca de uma contratação emergencial, apesar de o contrato atual ter sido planejado com base na média histórica de emissão de passagens e no orçamento disponível para o período.

Nota-se, assim, que a contratação emergencial visa, de fato, preservar a continuidade da prestação dos serviços e das atividades finalísticas deste tribunal com os deslocamentos aéreos de seus agentes públicos (magistrados e servidores), uma vez que o valor financeiro disponível do contrato em vigor está crítico para comportar todas as viagens demandadas. A execução do contrato atual já ultrapassou 94%, conquanto o contrato atual tenha vigência até maio de 2023.

Portanto, não resta outra alternativa que não seja a via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso VIII do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

**VIII - nos casos de emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#) e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Pela simples leitura do dispositivo legal citado, denota-se que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos, no que relevante para esta análise:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da emergência;

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

No caso em análise, **constata-se que as justificativas apresentadas pela SGP no capítulo 3 do TR ([0995377](#)), cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada.** Acrescente-se ainda que, de acordo com o **item 11.1 do TR**, o contrato que se pretende terá prazo de execução de 90 (noventa) dias e prazo de vigência de 100 (cem) dias, a contar a contar da assinatura do instrumento contratual, o que revela que foi dimensionado apenas para o atendimento da situação emergencial.

Ademais, a emergência decorre da lacuna temporal entre o esgotamento do lastro orçamentário do atual contrato de fornecimento de passagens aéreas e, a conclusão do processo licitatório para efetivação de nova contratação do referido objeto. Assim concluído o certame e realizada nova contratação dele decorrente, a situação emergencial que fundamenta a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação no presente caso, finda, bem assim, a vigência da própria contratação ora analisada.

Assim, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico, cabível será a dispensa de licitação por emergência, considerando que, **neste momento**, não se mostra possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à continuidade das funções desta Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Não obstante, verifica-se que no caso concreto a melhor solução adotada realmente é o processamento da contratação de forma direta, por dispensa de licitação, ante a situação de emergência devidamente demonstrada nos autos, enquadrando-se nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - valores praticados pelo mercado: situação que foi demonstrada por meio da pesquisa de preços levada a cabo pela unidade demandante ([0995376](#)) e analisada na Seção 3.1.2 do parecer jurídico ([0996683](#));

II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório: verifica-se que o processo SEI [0003344-58.2022.6.22.8000](#) encontra-se com sua tramitação regular, com reabertura do certame agendada para o dia 12/04/2023 ([0995532](#));

III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial: sobre este ponto, a AJSAOFC entende que as justificativas apresentadas pela SGP, item 3 do TR, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão, elementos objetivos exigidos, tais como na Orientação Normativa n. 11 da AGU.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([0992464](#)); b) Estimativa da Despesa ([0995376](#)); e c) Termo de Referência ([0995377](#)). A



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Por fim, devido tratar-se de dispensa não em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, com serviços que resultam obrigações futuras à contratada, é imperiosa a adoção do instrumento de contrato, cuja minuta foi juntada ao processo pela SECONT ([0996453](#)) e devidamente analisada pela AJSAOFC, que aprovou seus termos, ante a constatação da adequação às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **RATIFICO** a dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**, reconhecida pela SAOFC, na forma do **inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021**, e

**1 - Aprovo o Termo de Referência n. 36/2023 – GABSGP ([0995377](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [0995376](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 106/2022) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão de situação emergencial, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021;**

**4 - Adjudico o objeto à empresa L.A. Viagens e Turismo Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.613668/0001-65, no valor total de R\$ 106.589,89 (cento e seis mil quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos); e

**5 - Determino a publicação do ato de dispensa no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como **do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, a fim de propiciar a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 05/04/2023, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0996956** e o código CRC **228C4A72**.